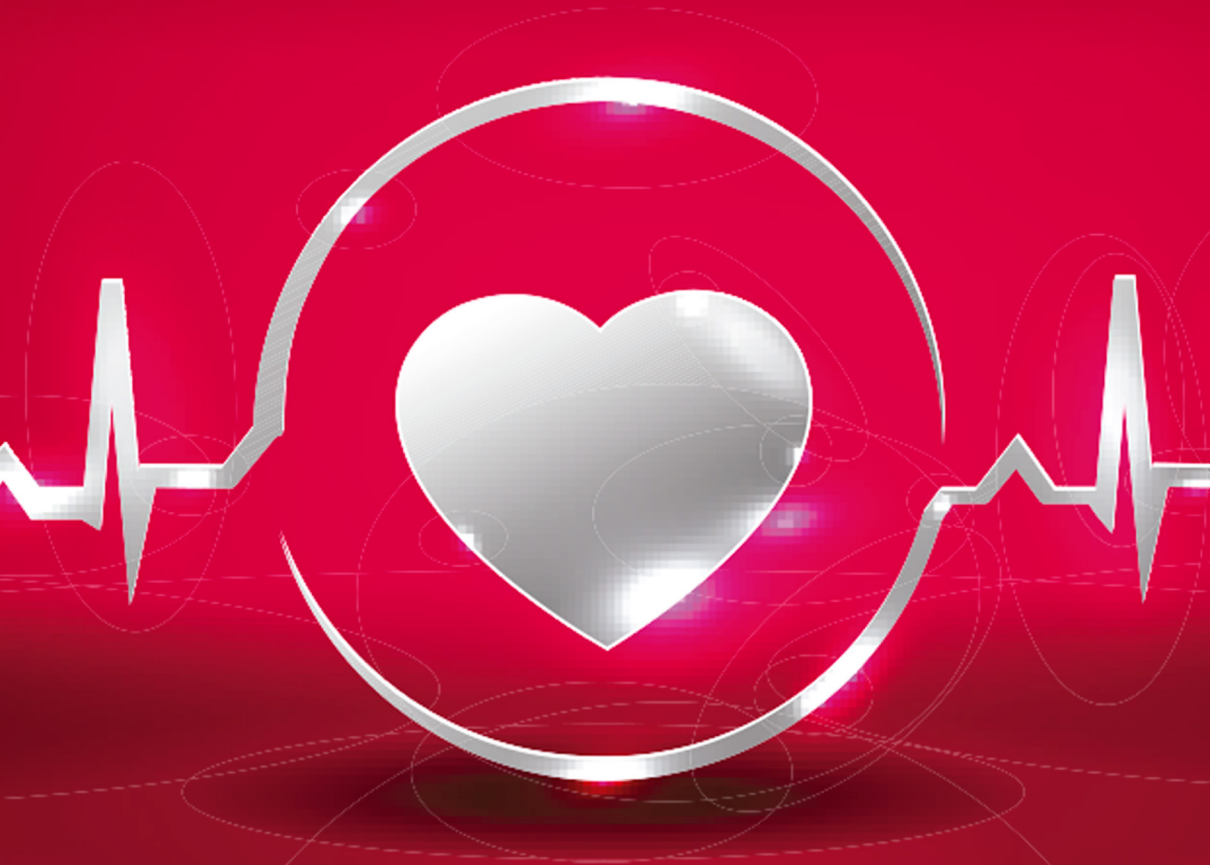


Condições Teórico-Práticas das Ciências da Saúde no Brasil 2



Luis Henrique Almeida Castro
(Organizador)

 **Atena**
Editora

Ano 2020

Condições Teórico-Práticas das Ciências da Saúde no Brasil 2



Luis Henrique Almeida Castro
(Organizador)

Atena
Editora
Ano 2020

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Prof^ª Dr^ª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof^ª Dr^ª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves -Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof^ª Dr^ª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Prof^ª Dr^ª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof^ª Dr^ª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof^ª Dr^ª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Prof^ª Dr^ª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Prof^ª Dr^ª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof^ª Dr^ª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Prof^ª Dr^ª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Prof^ª Dr^ª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Prof^ª Dr^ª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Prof^ª Dr^ª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Prof^ª Dr^ª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^ª Dr^ª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Prof^ª Dr^ª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof^ª Dr^ª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof^ª Dr^ª Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Prof^ª Dr^ª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adailson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliariari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás

Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Alborno – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lillian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior

Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará

Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco

Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal

Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba

Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão

Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo

Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana

Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí

Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo

Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Luiza Alves Batista
Correção: Flávia Roberta Barão
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizador: Luis Henrique Almeida Castro

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C745 Condições teórico-práticas das ciências da saúde no Brasil 2
/ Organizador Luis Henrique Almeida Castro. – Ponta
Grossa - PR: Atena, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-638-6

DOI 10.22533/at.ed.386203011

1. Saúde. 2. Ciências. I. Castro, Luis Henrique Almeida
(Organizador). II. Título.

CDD 613

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos.

APRESENTAÇÃO

A Atena Editora traz ao leitor na obra “Condições Teórico-Práticas das Ciências da Saúde no Brasil” 69 estudos científicos que investigaram, com uma abordagem plural, o panorama nacional acerca dos desafios que a ciência e a academia científica enfrentam ante a saúde pública.

Os textos foram compilados em três volumes, cada qual com seu eixo temático, respectivamente: “População Brasileira & Saúde Pública”, que traz ao leitor estudos que investigaram algumas das principais patologias que compõe o quadro epidemiológico no Brasil atual; “Atuação Profissional em Saúde” que, por sua vez, é composto por artigos que revisam o papel do profissional de saúde seja em sua formação acadêmica, seja em sua atuação clínica; e, “Cuidado Integrado e Terapêutico”, volume que apresenta, discute e/ou propõe opções de terapia em saúde coletiva e individual com foco nos aspectos biopsicossociais que permeiam o cotidiano da saúde no país.

Almeja-se que a leitura deste e-book possa incentivar o desenvolvimento de estratégias de atuação coletiva, educacional e de inclusão social de modo a subsidiar, na esfera do condicionamento teórico e prático, a continuidade da produção científica brasileira.

Boa leitura!

Luis Henrique Almeida Castro

SUMÁRIO

II . ATUAÇÃO PROFISSIONAL EM SAÚDE

CAPÍTULO 1..... 1

A SEGURANÇA DO PACIENTE EM RISCO PELA COMUNICAÇÃO INEFICAZ ENTRE A EQUIPE DE SAÚDE

Maria Benta da Silva Neta

DOI 10.22533/at.ed.3862030111

CAPÍTULO 2..... 10

A VIVÊNCIA DO ALUNO DE MEDICINA SOB A PERSPECTIVA DO PACIENTE INTERNADO NO HOSPITAL ESCOLA – UFPEL

Ednaldo Martins dos Santos

Nathalia Helbig Dias

Rogério da Silva Linhares

DOI 10.22533/at.ed.3862030112

CAPÍTULO 3..... 22

AMBIENTE ESCOLAR COMO ÁREA DE ATUAÇÃO DO ENFERMEIRO E ESTÁGIO PARA O GRADUANDO DE ENFERMAGEM: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Daniela Silva Rodrigues

Júlia Peres Pinto

Roberta Boschetti

DOI 10.22533/at.ed.3862030113

CAPÍTULO 4..... 28

ASSISTÊNCIA DO ENFERMEIRO DA ATENÇÃO BÁSICA NA VIDA SOCIAL DO IDOSO: REVISÃO DE LITERATURA

Érica Priscila Costa Ramos

Assunção Gomes Adeodato

Francisca Janiele Martins da Costa

Nicolau da Costa

Francisco Mateus Rodrigues Furtuoso

Diego Jorge Maia Lima

Jéssica Luzia Delfino Pereira

Francisco Walter de Oliveira Silva

DOI 10.22533/at.ed.3862030114

CAPÍTULO 5..... 42

ATENÇÃO MÉDICO DOMICILIAR: DA TEORIA A PRÁTICA

Débora Cristina Modesto Barbosa

Leonardo Salamaia

Ana Gabriela Machado Nascimento

Beatriz Góes de Oliveira

Arieny Reche Silva

Alessandra Cristina Camargo Tarraf

Maria Clara Ferreira de Sousa Nóbrega

Camila da Fonseca e Souza Santos
Camila Arruda Dantas Soares
Ana Luiza Camilo Lopes
Paola Yoshimatsu Izelli
Márcia Isabelle dos Santos

DOI 10.22533/at.ed.3862030115

CAPÍTULO 6..... 54

AVALIAÇÃO MICROBIOLÓGICA DAS MÃOS DE PROFISSIONAIS DE SAÚDE: REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Larissa Marques Landim
Jessica Peixoto Temponi Ferreira
Gabriela Cunha Silva
Rizia Alves Lopes
Eliane Costa Silva
Beatriz Martins Borelli

DOI 10.22533/at.ed.3862030116

CAPÍTULO 7..... 59

CONHECIMENTO DE ACADÊMICOS E PROFISSIONAIS DA SAÚDE ACERCA DAS NORMAS DE BIOSSEGURANÇA EM ATENDIMENTOS DE URGÊNCIA E/OU EMERGÊNCIA

Camila Segal Cruz
Emília Pires de Oliveira
Lorena Reis Augusto
Ana Cecília Lima Gonçalves
Beatriz Martins Borelli

DOI 10.22533/at.ed.3862030117

CAPÍTULO 8..... 63

CORPO: CONCEPÇÕES DE ACADÊMICOS DE EDUCAÇÃO FÍSICA

Carla dos Reis Rezer

DOI 10.22533/at.ed.3862030118

CAPÍTULO 9..... 73

ESTUDANTES DE ENFERMAGEM COM SINTOMAS DEPRESSIVOS: REVISÃO INTEGRATIVA DA LITERATURA

Luiza Vieira Ferreira
Mariana Ramalho Ferreira
Aline Aparecida de Souza Oliveira
Gabriella Biagge Cunha
Lucas Junio Turatti Madureira
Érika Andrade e Silva

DOI 10.22533/at.ed.3862030119

CAPÍTULO 10..... 88

GESTÃO DE ANTINEOPLÁSICOS ORIUNDOS DE DEMANDAS JUDICIAIS EM UM

HOSPITAL TERCIÁRIO

Juliane Carlotto

Nádia Salomão Cury Riechi

Inajara Rotta

DOI 10.22533/at.ed.38620301110

CAPÍTULO 11..... 96

HOSPITALIZAÇÃO E ÓBITOS POR DOENÇAS INFECCIOSAS E PARASITÁRIAS: UM DESAFIO PARA A SAÚDE PÚBLICA

Fernanda Fraga Campos

Victória Veloso Vieira

Magnania Cristiane Pereira da Costa

Maria Letícia Costa Reis

Vladimir Diniz Vieira Ramos

Thabata Coaglio Lucas

DOI 10.22533/at.ed.38620301111

CAPÍTULO 12..... 111

HOTELARIA HOSPITALAR E SUAS TECNOLOGIAS LEVES

Clarissa Vasconcelos Silva de Souza

DOI 10.22533/at.ed.38620301112

CAPÍTULO 13..... 119

MORTE: PERCEPÇÕES DOS ESTUDANTES DE MEDICINA

Fernanda de Carvalho Braga

Mariana Carvalho Gomes

Nayra Costa Moreira

Andrea Lopes Ramires Kairala

Luzitano Ferreira Brandão

DOI 10.22533/at.ed.38620301113

CAPÍTULO 14..... 132

O VIÉS METODOLÓGICO DE ENSAIOS CLÍNICOS RANDOMIZADOS EM PRATICANTES DE TREINAMENTO DE FORÇA SOB SUPLEMENTAÇÃO PROTEICA

Luis Henrique Almeida Castro

Raquel Borges de Barros Primo

Mariella Rodrigues da Silva

Bruno César Fernandes

Flávio Henrique Souza de Araújo

Thiago Teixeira Pereira

Diego Bezerra de Souza

Fernanda Viana de Carvalho Moreto

DOI 10.22533/at.ed.38620301114

CAPÍTULO 15..... 137

PERCEPÇÕES E CAPACITAÇÃO DE AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE EM SUPORTE BÁSICO DE VIDA PARA ATUAÇÃO NA COMUNIDADE

Domingas Machado da Silva

Antenor Matos de Carvalho Junior
Sâmella Silva de Oliveira
Vanessa dos Santos Maia
Eloane Hadassa de Sousa Nascimento
Luana Almeida dos Santos
Lília Maria Nobre Mendonça de Aguiar

DOI 10.22533/at.ed.38620301115

CAPÍTULO 16..... 149

TRAJETÓRIA DA POLÍTICA PÚBLICA DE SAÚDE NO BRASIL: CONFLITO HISTÓRICO, NEOLIBERALISMO, LUTAS DE CLASSE E RETROCESSOS

Eli Fernanda Brandão Lopes
Juliana Galete
Carolina de Sousa Rotta
Izabela Rodrigues de Menezes
Leticia Nakamura
Joelson Henrique Martins de Oliveira
Giovana Ayumi Aoyagi
Clesmânia Silva Pereira
Alex Sander Cardoso de Souza Vieira
Lena Lansttai Bevilaqua Menezes
Sirley Souza Alberto Chagas
Michael Wilian da Costa Cabanha
Maria de Fátima Bregolato Rubira de Assis

DOI 10.22533/at.ed.38620301116

CAPÍTULO 17..... 167

USO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL POR PROFISSIONAIS DE ENFERMAGEM NA PANDEMIA COVID-2019

Cláudia Emiliana de Sousa Oliveira
Antônia Danúzia Batista Gomes
Pâmela Campêlo Paiva
Nicolau da Costa
Felipe da Silva Nascimento
Mailza da Conceição Santos
Ana Beatriz Diógenes Cavalcante
Luis Adriano Freitas Oliveira
Bruna Caroline Rodrigues Tamboril
Edislane Silva Souza

DOI 10.22533/at.ed.38620301117

SOBRE O ORGANIZADOR..... 185

ÍNDICE REMISSIVO..... 186

CAPÍTULO 10

GESTÃO DE ANTINEOPLÁSTICOS ORIUNDOS DE DEMANDAS JUDICIAIS EM UM HOSPITAL TERCIÁRIO

Data de aceite: 01/12/2020

Juliane Carlotto

<http://lattes.cnpq.br/4888739242917309>

Nádia Salomão Cury Riechi

<http://lattes.cnpq.br/0794943364360040>

Inajara Rotta

<http://lattes.cnpq.br/8686022725047306>

RESUMO: As demandas judiciais para tratamento oncológico cresceram exponencialmente nos últimos anos. Diante dos seus efeitos no financiamento do sistema de saúde, o presente trabalho tem por objetivo descrever o perfil das demandas judiciais para fornecimento de antineoplásticos em um hospital universitário terciário. No período de estudo foram analisados dados de 112 ações judiciais, referentes aos pacientes que utilizaram antineoplásticos no período de 2012 a 2016, com os processos disponíveis no site da Justiça Federal. Observou-se um aumento de quase 10 vezes na demanda por antineoplásticos ao longo do período. Verificou-se que o tempo médio decorrido entre o início da ação até a dispensação ao paciente foi de 136 dias. O número de fármacos demandados foi de 22, fornecidos por diferentes vias, verificando-se duplicidade de fonte de provisão em 29,5% das ações. Em relação ao custo de tratamento, foram gastos R\$ 8.860.773,74 no período, principalmente para custeio de ações envolvendo bortezomibe,

trastuzumabe, brentuximabe, cetuximabe, abiraterona, temozolomida, cabazitaxel e pertuzumabe. Observou-se que, após o término dos tratamentos, permaneceu na instituição o equivalente a R\$ 3.818.504,53, na forma de frascos e/ou recurso financeiro. Portanto, torna-se visível o aumento da via judicial para fornecimento de antineoplásticos, bem como de que medidas devem ser adotadas para melhorar a gestão da assistência oncológica.

PALAVRAS-CHAVE: Demanda Judicial, Antineoplásticos, Assistência Oncológica.

ABSTRACT: Judicial demands for cancer treatment have grown exponentially in recent years. In view of its effects on the health system financing, this study aims to describe the profile of the legal demands for the supply of antineoplastics in a tertiary university hospital. During the study period, 112 lawsuits data were analyzed, referring to patients who used antineoplastic drugs in the period from 2012 to 2016, with the processes available in the website of the Federal Court. It was observed a nearly 10-fold increase in demand for antineoplastics over the period. It was verified that the average time from the lawsuit beginning until the dispensation to the patient was 136 days. The number of drugs requested was 22, provided by different sources, verifying the provision source duplication in 29.5% of the lawsuits. Regarding the treatment costs, R\$ 8.860.773,74 were spent in the period, mainly for financing court lawsuits involving bortezomib, trastuzumab, brentuximab, cetuximab, abiraterone, temozolomide, cabazitaxel and pertuzumab. It was observed that, after the

treatments completion, the equivalent of R\$ 3.818.504,53 remained at the institution in the form of flasks and/or financial resources. Therefore, it is possible to see the increase in the judicial means for the supply of antineoplastics, and that measures should be taken to improve the management of oncological assistance.

KEYWORDS: Judicial Demand, Antineoplastic, Oncological Assistance.

1 | INTRODUÇÃO

O câncer é um problema de saúde pública mundial. A estimativa para o biênio 2018-2019 é de 600 mil casos novos por ano ¹. Diante disso, há uma preocupação das autoridades competentes na garantia da assistência oncológica aos pacientes ^{2,3}.

O financiamento de medicamentos oncológicos no Sistema Único de Saúde ocorre por meio do sistema APAC-ONCO (Autorização para Procedimento de Alta Complexidade em Oncologia), que preconiza o ressarcimento de um valor médio mensal para cada esquema terapêutico, e deixa a responsabilidade de estabelecer os medicamentos utilizados aos centros de tratamento ^{4,5}.

Quando ocorre a impossibilidade de fornecimento de um determinado antineoplásico, principalmente devido ao custo do tratamento exceder o valor ressarcido pelo sistema APAC-ONCO, resta ao paciente buscar seu tratamento por meio judicial, havendo uma crescente importância desta via no panorama da saúde pública no Brasil ⁶.

Segundo um estudo do Instituto de Estudos Socioeconômicos, os recursos disponibilizados para judicialização de medicamentos passaram de R\$103 milhões em 2008 para R\$ 1.1 bilhões em 2015 ⁴. Em 2014, o Estado do Paraná apresentou um gasto de R\$ 10.996.145,93 com ações relacionadas a medicamentos antineoplásicos, que representa 23,6% dos gastos referentes a todas as ações judiciais medicamentosas ⁷.

Diante dos efeitos das ações judiciais no financiamento do sistema de saúde, este trabalho tem por objetivo conhecer o perfil da judicialização de medicamentos antineoplásicos em um hospital universitário terciário, identificando as possíveis falhas existentes no processo, auxiliando assim na elaboração de políticas públicas que melhorem o acesso da população a estes medicamentos.

2 | MÉTODOS

Um estudo retrospectivo de análise do perfil do fornecimento de antineoplásicos por demandas judiciais foi conduzido em um hospital universitário terciário, de janeiro de 2012 a dezembro de 2016. Foram incluídos no estudo todos os processos disponíveis no *site* da Justiça Federal-Tribunal Regional Federal da 4ª Região. As variáveis pesquisadas foram: gênero, idade e diagnóstico dos pacientes; medicamentos prescritos; deferimento da antecipação de tutela; tempo decorrido desde o início do processo até a disponibilização do medicamento ao paciente; custo total do tratamento; fonte de provisão do medicamento

(aquisição pelo hospital, fornecimento pelo Ministério da Saúde ou Secretaria Estadual de Saúde do Paraná – SESA/PR, remanejamento de frascos autorizado judicialmente ou entrega diretamente no domicílio do paciente); e ainda foram avaliadas a existência de duplicidade de fonte provedora, e de frascos e/ou recurso financeiro excedentes após o término dos tratamentos.

Para os pacientes que não iniciaram o tratamento, mesmo com ação judicial deferida, foram considerados apenas informações de gênero, idade, diagnóstico e medicamento pleiteado. Os dados para o desenvolvimento da pesquisa foram obtidos por meio do Sistema Informatizado Hospitalar, planilhas de controle interno, e das informações disponibilizadas pela Justiça Federal - Tribunal Regional Federal da 4ª Região, utilizando-se a plataforma virtual no endereço eletrônico: <https://www2.trf4.jus.br/trf4/>. O projeto de pesquisa foi aprovado pelo Comitê de Ética da instituição sob o número CAAE 76457017.5.0000.0096.

3 I RESULTADOS

No período de estudo foram analisados dados de fornecimento de medicamentos antineoplásicos de 112 ações judiciais, todas referentes a pacientes cuja tramitação do processo ocorreu no Tribunal Regional Federal da 4ª Região. Observou-se demanda crescente por antineoplásicos ao longo do período, passando de 3 ações no ano de 2012 para 26 no ano de 2016, um aumento de quase 10 vezes (Figura 1). Todas estas ações foram deferidas pelo Poder Judiciário, sendo que em 94,6% delas houve antecipação de tutela.

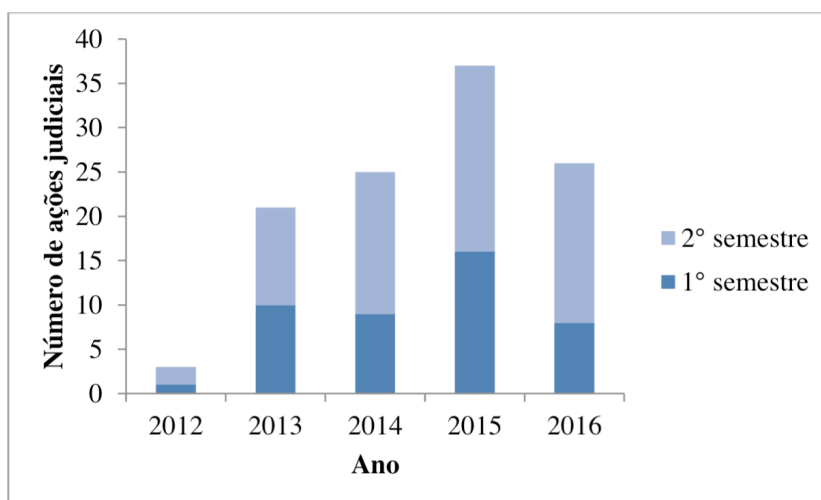


Figura 1: Ações judiciais envolvendo antineoplásicos

O tratamento foi disponibilizado para 106 pacientes, sendo que 6 (5,7 %) possuíam mais de uma ação judicial. Destes 106 pacientes, apenas 90 efetivamente iniciaram tratamento na instituição com o medicamento obtido por via judicial, os demais foram a óbito ou tiveram mudança de protocolo de tratamento. A maioria dos pacientes demandantes foi do sexo masculino (62,5 %), e a média de idade foi de 63,8 anos, estando a maior parte deles (58,6%) na faixa entre 52 a 77 anos. Verificou-se que o tempo médio entre a data de início do processo até a disponibilização do medicamento ao paciente foi de 136 dias. Os diagnósticos mais frequentes foram mieloma múltiplo (23,2%), e neoplasias de próstata (15,2%), mama (11,6%) e encéfalo (8,0%), câncer colorretal (7,2%) e de rim (5,4%).

O número de antineoplásicos obtidos judicialmente foi de 22, sendo que apenas 3 fármacos diferentes foram demandados em 2012, enquanto que em 2016 foram 12. Os medicamentos mais prevalentes nas ações judiciais foram: bortezomibe (23,2%), abiraterona (13,4%), rituximabe (7,1%), temozolomida (7,1%) e trastuzumabe (6,3%). As classes de medicamentos mais demandadas foram a dos inibidores de tirosina-quinase (18,75%) e dos anticorpos monoclonais (28,6%).

Em relação aos custos de tratamento no período do estudo (Figura 2), foram gastos R\$ 8.860.773,34, sendo que os medicamentos bortezomibe, trastuzumabe, brentuximabe, cetuximabe, abiraterona, temozolomida, cabazitaxel e pertuzumabe foram os que mais contribuíram para o custo total. Já em relação ao custo do tratamento por paciente (Tabela 1), verificou-se que os tratamentos com os maiores custos foram os realizados com brentuximabe, trastuzumabe, pertuzumabe e ruxolitinibe.

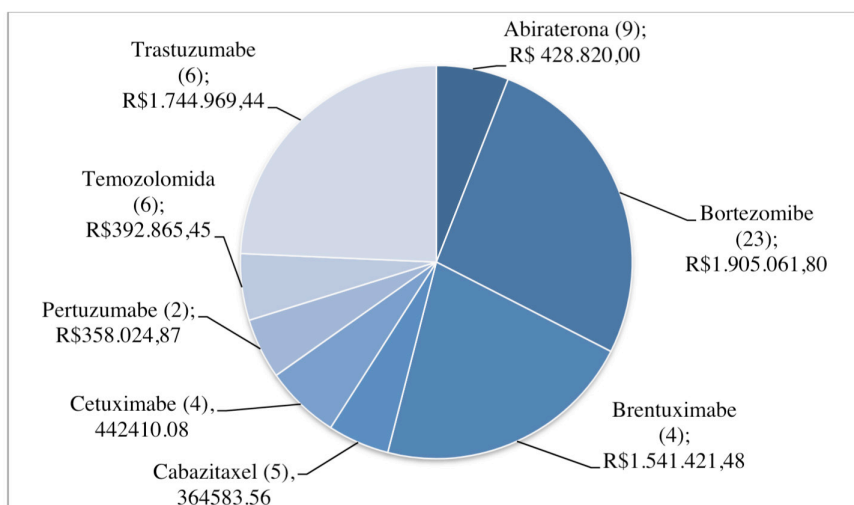


Figura 2: Contribuição dos antineoplásicos para o custo referente às ações judiciais.

NOTA: O número entre parênteses refere-se ao quantitativo de ações judiciais existentes para o respectivo medicamento no período de estudo.

Observou-se remanescente de frascos e / ou recurso financeiro após término do tratamento para 64 (57%) das ações avaliadas, representando um valor total de R\$ 3.818.504,53 (Tabela 1), sendo que para muitos dos medicamentos avaliados, tais como brentuximabe, panitumumabe, cabazitaxel e sorafenibe, o valor total referente ao remanescente de frascos / recurso financeiro foi próximo ou superior ao valor gasto efetivamente com o tratamento do paciente.

Quanto à fonte de provisão dos medicamentos, observou-se uma grande diversidade de formas de fornecimento. Os medicamentos foram fornecidos via SESA/PR (35,2%), compra realizada pelo próprio hospital com recurso depositado em sua conta (27,6%), Ministério da Saúde (4,8%), e remanejamento autorizado judicialmente ou fornecimento na residência do paciente (2,9%). Ainda, verificou-se que para 29,5% das ações houve fornecimento por pelo menos duas fontes de provisão.

Medicamento	Nº de ações	Custo - medicamento dispensado ao paciente	Custo médio - tratamento por paciente	Remanescente de frascos de medicamento e / ou recurso financeiro após término de tratamento
Abiraterona	9	R\$ 428.820,00	R\$ 47.646,67	R\$ 146.573,67
Azacitidina	3	R\$ 124.708,20	R\$ 41.569,40	R\$ 96.264,60
Bevacizumabe	5	R\$ 202.229,88	R\$ 40.445,98	R\$ 35.178,10
Bortezomibe	23	R\$ 1.905.061,80	R\$ 82.828,77	R\$ 571.250,84
Brentuximabe	4	R\$ 1.541.421,48	R\$ 385.355,37	R\$ 1.439.883,64
Cabazitaxel	5	R\$ 364.583,56	R\$ 72.916,71	R\$ 422.700,52
Cetuximabe	4	R\$ 442.410,08	R\$ 110.602,52	R\$ 54.854,08
Dasatinibe	1	R\$ 24.400,80	R\$ 24.400,80	0
Everolimo	3	R\$ 173.547,36	R\$ 57.849,12	R\$ 32.251,96
Lapatinibe	1	R\$ 8.010,80	R\$ 8.010,80	R\$ 24.032,40
Panitumumabe	1	R\$ 55.618,12	R\$ 55.618,12	R\$ 83.898,52
Pazopanibe	3	R\$ 134.622,00	R\$ 44.874,00	R\$ 64.673,00
Pertuzumabe	2	R\$ 358.024,87	R\$ 179.012,44	R\$ 83.195,93
Plerixafor	1	R\$ 32.376,54	R\$ 32.376,54	R\$ 10.792,18
Rituximabe	6	R\$ 298.292,18	R\$ 49.715,36	R\$ 151.188,97
Ruxolitinibe	1	R\$ 169.812,00	R\$ 169.812,00	R\$ 12.922,40
Sorafenibe	2	R\$ 86.050,80	R\$ 43.025,40	R\$ 83.040,68
Sunitinibe	2	R\$ 295.305,98	R\$ 147.652,99	R\$ 75.102,56
Temozolomida	6	R\$ 392.865,45	R\$ 65.477,58	R\$ 186.013,05
Trastuzumabe	6	R\$ 1.744.969,44	R\$ 290.828,24	R\$ 163.799,81

Vemurafenibe	1	R\$ 61.986,40	R\$ 61.986,40	R\$ 49.589,12
Vinflunina	1	R\$ 15.656,00	R\$ 15.656,00	R\$ 31.298,50
Total	90*	R\$ 8.860.773,74		R\$ 3.818.504,53

Tabela 1: Custos envolvidos no fornecimento de antineoplásicos pela via judicial

NOTA: *Apenas foram consideradas as ações em que os pacientes iniciaram o tratamento com o medicamento obtido por via judicial.

4 | DISCUSSÃO

Notou-se um expressivo aumento no número de ações judiciais envolvendo antineoplásicos durante o período analisado, fato este já bem caracterizado na literatura^{7,8,9}. As principais classes de medicamentos solicitadas pela via judicial foram os inibidores de tirosina-quinase e os anticorpos monoclonais, resultado também observado por VIDAL *et.al.*, 2017. Isso se deve ao fato de que a melhor compreensão da biologia do câncer levou ao desenvolvimento de diversas terapias-alvo nos últimos anos, incluindo, principalmente, as classes descritas acima¹⁰.

Verificou-se que o tempo médio decorrido do início do processo judicial até a disponibilização do medicamento ao paciente foi de 136 dias, apesar do fato de que em 94,6% dos casos houve antecipação de tutela, a fim de prover mais rapidamente o medicamento ao paciente. O tempo observado ultrapassa o máximo de 60 dias após o diagnóstico, preconizado pela Lei nº 12.732 de 2012¹¹. O resultado observado para antecipação de tutela está de acordo com a literatura, onde observou-se que em média 70% das liminares foram concedidas para antecipação da provisão do medicamento¹².

Além do tempo excessivo para a dispensação do medicamento ao paciente, outro aspecto preocupante observado foi que quase metade do valor referente ao custo dos medicamentos efetivamente dispensados aos pacientes permaneceu na instituição após o término dos tratamentos, na forma de frascos e / ou recurso financeiro. Isso está relacionado, principalmente, ao fato de que é extremamente comum em oncologia a suspensão do tratamento com um determinado fármaco, principalmente devido a óbito do paciente ou toxicidade ao medicamento, e ainda devido mudanças de protocolo de tratamento.

Outro fato que pode contribuir para o panorama de sobras de frascos e / ou recurso financeiro foi a diversidade de fontes de provisão observadas, tendo em vista que em quase 30% das ações o paciente recebeu o medicamento por mais de uma fonte. Isso ocorre, provavelmente, pelo sistema de controle judicial não cruzar os dados de fornecimento de medicamentos pelas esferas municipal, estadual e federal, aliado ao fato de não existir uma legislação que defina qual esfera deverá fornecer o medicamento^{4,13}.

Portanto, caso os centros de tratamento não possuam um sistema de gestão de medicamentos oriundos da via judicial e não mantenham uma via de comunicação com o

Poder Judiciário, Ministério da Saúde e Secretarias de Saúde, somas vultosas de recurso público podem ser desperdiçadas.

5 I CONCLUSÃO

Diante dos resultados obtidos, torna-se visível o aumento da via judicial para fornecimento de antineoplásicos, bem como de que medidas devem ser adotadas para melhorar a gestão da assistência oncológica, tendo em vista as múltiplas fontes de provisão e tempo excessivo para fornecimento dos medicamentos, além de sobras de frascos e recursos financeiros após término dos tratamentos.

REFERÊNCIA

1. Brasil. Ministério da Saúde. Estimativa 2018 – Incidência de Câncer no Brasil/Instituto Nacional de Câncer José de Alencar Gomes da Silva. Coordenação de Prevenção e Vigilância. Rio de Janeiro: INCA; 2017.
2. Hogerzeil HV, Mirza Z. The world medicines situation 2011: access to essential medicines as part of the right to health. Geneva: World Health Organization. Geneva; 2011.
3. Vieira, FS. Assistência farmacêutica no sistema público de saúde no Brasil. Rev Panam Salud Pública 2010; 27(2):149-56.
4. INESC. Direito a Medicamentos: Avaliação das despesas com medicamentos no âmbito federal do Sistema Único de Saúde entre 2008 e 2015. <http://www.inesc.org.br/biblioteca/publicacoes/textos/direito-a-medicamentos-avaliacao-das-despesas-com-medicamentos-no-ambito-federal-do-sistema-unico-de-saude-entre-2008-e-2015/view> (acessado em 01/Dez/2017).
5. Brasil. Ministério da Saúde/Secretaria de Atenção à Saúde/Departamento de Regulação, Avaliação e Controle/Coordenação Geral de Sistemas de Informação. Manual de bases técnicas da oncologia- SIA/SUS- Sistema de Informação Ambulatoriais. Brasília. 2016; 23:1-141.
6. Reveiz L, Chapman E, Fitzgerald JF, Mendonza A, Bolis M, Salgado O. Litigio por derecho a la salud em três países de América Latina: revisión sistemática de La literatura. Ver. Panam. Salud Publica 2013; 33:213-22.
7. Nisihara RM, Possebom AC, Borges, LMC, Shwetz ACA, Bettes FFB. Demanda judicial de medicamentos na Justiça Federal do Estado do Paraná. Einstein 2017;15: 85-91.
8. Travassos DV, Ferreira RD, Varga AMD, Moura RNV; Conceição EMA, Marques DF, Ferreira EF. Judicialização da Saúde: um estudo de caso de três tribunais brasileiros. Ciência da Saúde Coletiva 2013; 11(18):3419-429.
9. Borges DCL, Ugá MAD. Conflitos e impasses da judicialização na obtenção de medicamentos: as decisões de 1ª instâncias nas ações individuais contra o Estado do Rio de Janeiro, Brasil, em 2005. Rio de Janeiro: Caderno de Saúde Pública 2010; 26(1): 59-69.

10. Vidal TJ, Moraes EL, Retto MPF, Silva MJS. Demandas judiciais por medicamentos antineoplásicos: a ponta de um *iceberg*? Ciências e Saúde Coletiva 2017; 22(8): 2539-548.
11. Brasil. Presidência da República. Casa Civil. Dispõe sobre o primeiro tratamento de paciente com neoplasia maligna comprovada e estabelece prazo para seu início. Brasília. 2012
12. Catanheide ID, Lisboa ES, Souza LEFP. Características da judicialização do acesso a medicamentos no Brasil: uma revisão sistemática. Physis. Revista de Saúde Coletiva 2016; 26 (4):1335-356.
13. Pepe VLE, Ventura M, Sant`ana JMB, Figueiredo TA, Souza VR, Simas L, Osorio-de-Castro CGS. Caracterização de demandas judiciais de fornecimento de medicamentos “essenciais” no Estado do Rio de Janeiro, Brasil. Caderno de Saúde Pública 201; 26 (3):461-71.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Agente Comunitário de Saúde 137, 138, 141, 143

Ambiente Hospitalar 5, 8, 57, 113, 114, 169, 183, 184

Antineoplásicos 88, 89, 90, 91, 93, 94, 95

Atenção Básica 27, 28, 30, 31, 32, 35, 38, 39, 41, 43, 46, 47, 49, 50, 52, 53, 107, 139, 140, 143, 160, 161, 164

Atenção Médico Domiciliar 42, 43, 50

Atendimento de Urgência 139

Atendimento Domiciliar 50

Avaliação Microbiológica 54, 57

B

Biossegurança 59, 60, 61, 62

C

Capacitação 105, 137, 142, 144, 145, 146, 147, 148, 179

Comunicação 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 22, 36, 46, 66, 93, 105, 107, 130, 131, 144

Comunidade 11, 24, 25, 27, 32, 35, 37, 43, 50, 51, 84, 103, 137, 138, 141, 143, 144, 145, 146, 147, 159, 164

Covid-19 98, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 175, 177, 179, 180, 181, 182, 183, 184

D

Depressão 29, 37, 52, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 128

Doenças Infecciosas 56, 96, 97, 98, 100, 101, 102, 109, 161, 179, 183

E

Educação Física 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72

Emergência 5, 59, 60, 61, 62, 137, 138, 139, 140, 148, 161, 164, 168, 169, 184

Enfermagem 1, 3, 4, 5, 8, 9, 22, 25, 26, 27, 28, 30, 32, 33, 34, 36, 39, 40, 41, 48, 49, 56, 62, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 96, 109, 112, 117, 118, 130, 136, 147, 148, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184

Ensaio Clínico Randomizado 133

Epidemiologia 136

Equipamento de Proteção Individual 175, 179

H

Hospital Escola 10, 11, 12, 13, 16

Hospitalização 47, 96, 97, 101

Hotelaria Hospitalar 111, 112, 113, 114, 117, 118

I

Idoso 17, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 36, 37, 39, 40, 51, 52

J

Judicialização 89, 94, 95

M

Medicina 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 20, 21, 23, 32, 42, 43, 50, 51, 56, 60, 61, 62, 76, 77, 78, 79, 80, 82, 83, 86, 96, 105, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 127, 128, 129, 130, 131, 150, 151, 164, 183

Metodologia 3, 10, 12, 14, 25, 32, 56, 65, 75, 98, 112, 117, 132, 133, 134, 150, 151, 170, 173

N

Neoliberalismo 149, 150, 160, 161

O

Óbito 47, 91, 93, 96, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 125, 127, 168, 180

P

Políticas Públicas 24, 29, 30, 37, 40, 89, 161, 163, 170

Profissional de Saúde 54, 57, 115, 120, 122, 124, 144

S

Saúde Pública 16, 17, 23, 28, 55, 87, 89, 94, 95, 96, 102, 104, 138, 140, 141, 150, 152, 153, 156, 160, 165, 168, 169, 182, 183

Segurança 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 26, 36, 44, 61, 112, 113, 117, 118, 139, 142, 151, 152, 155, 162, 170, 175, 176, 178, 181, 182, 184

Suplementação Proteica 132, 134

Suporte Básico de Vida 137, 138, 141, 142, 145, 146, 147, 148

T

Treinamento de Força 132, 133, 134

U

Universidade 1, 10, 11, 15, 21, 22, 28, 42, 50, 54, 62, 63, 71, 73, 76, 79, 80, 82, 83, 85, 86, 96, 99, 111, 128, 130, 131, 132, 137, 142, 149, 167, 184, 185

V

Viés 132, 133, 134, 135, 136, 152, 154

W

Whey Protein 133, 134

Condições Teórico-Práticas das Ciências da Saúde no Brasil 2



www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

Atena
Editora

Ano 2020

Condições Teórico-Práticas das Ciências da Saúde no Brasil 2



www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

Atena
Editora

Ano 2020